

Federação do Comércio de Bens, Serviços e  
Turismo de Santa Catarina.

# PEIC

Pesquisa de Endividamento e  
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos Comércio  
SC  
Setembro de 2022

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO .....</b>	<b>1</b>
<b>ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>2</b>
<b>ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO .....</b>	<b>9</b>
<b>ANÁLISE NAS CIDADES .....</b>	<b>10</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>14</b>

## RESUMO

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC) aponta a manutenção do crescimento das famílias endividadas pelo décimo mês consecutivo, renovando a maior trajetória de crescimento já constatada na série histórica da pesquisa. Em setembro, a taxa de endividamento no Estado acelerou o ritmo de alta ao avançar 4,4 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês, atingindo 56,4%. Esse cenário é oposto ao que ocorreu durante quase todo o período da pandemia (2020 e 2021), onde as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o crescimento é mais intenso (19,1 p.p.). Naquele momento, a taxa tinha alcançado o segundo menor valor da série histórica (37,3%). Além disso, o resultado deste mês é o maior deste 2018 na comparação com igual período.

No âmbito da inadimplência, a taxa também acelerou o crescimento que alcança quatro meses seguidos, houve alta de 2,0 p.p. No mês, o índice ficou em 14,1%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mesmo mês. Ainda, o orçamento mais apertado das famílias começa a ser notado pelo desempenho das famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso, que cresceu pelo segundo mês seguido. Desta forma, as famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso passaram de 2,2% para 3,2%.

A percepção de endividamento indicava até o primeiro semestre de 2022 certo equilíbrio e controle do orçamento familiar, mas o cenário está se modificando com o avanço do grupo “muito endividado” pelo terceiro mês seguido, alta de 2,3 p.p. na passagem do mês. Em setembro, o grupo de famílias “muito endividadas” foi de 9,8% dentre os endividados. Com esse movimento de elevação o resultado se aproxima do valor do início da pandemia no Estado (fevereiro de 2020), inclusive, esse é o maior índice durante todo o período da pandemia da COVID-19.

Por outro lado, a parcela de renda comprometida que alcançou patamar elevado nos primeiros meses do ano de 2022, mantém trajetória de redução, ao cair 0,6 p.p. na passagem do mês, quinta queda consecutiva. Assim, a parcela da renda comprometida com dívida caiu de 37,2% em janeiro para 34,5% em setembro.

## Taxa de endividamento acelera trajetória de crescimento e atinge maior valor desde 2018 na comparação de igual período

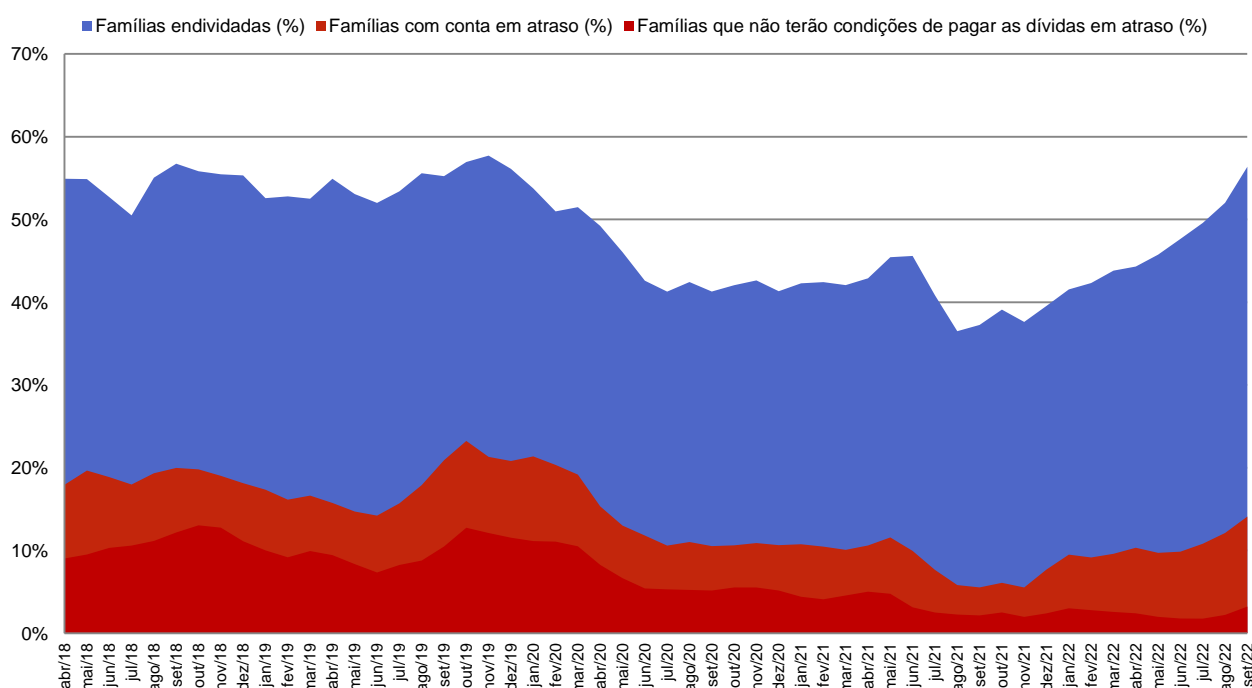
Situação da família	Meses						
	set/18	set/19	fev/20	set/20	set/21	ago/22	set/22
Total de endividadas	56,7%	55,2%	51,0%	41,3%	37,3%	52,0%	56,4%
Dívidas ou contas em atraso	20,0%	20,9%	20,3%	10,5%	5,5%	12,1%	14,1%
Não terão condições de pagar	12,2%	10,5%	11,1%	5,2%	2,1%	2,2%	3,2%

## ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O nível de endividamento das famílias catarinenses cresceu pelo décimo mês consecutivo em setembro de 2022, renovando a maior trajetória de crescimento da série histórica, iniciada em janeiro de 2013. Ainda, o movimento acelerou o ritmo ao crescer 4,4 pontos percentuais (p.p.), após alta de 2,4p.p. no mês anterior. Assim, 56,4% das famílias catarinenses estavam endividadas em agosto. Com o resultado, o valor renovou pelo segundo mês consecutivo o maior nível desde o início da pandemia no Estado, considerado em fevereiro de 2020.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve elevação de 19,1 p.p. Naquele momento, a taxa tinha alcançado o segundo menor valor da série histórica (37,3%). Além disso, o resultado deste mês é o maior deste 2018 na comparação com igual período.

### Síntese dos resultados desde 2018



Os resultados apontam para uma mudança de panorama das famílias endividadas no Estado. Entre 2020 e 2021, devido à cautela e a insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Por isso, o efeito precaução adotado pelas famílias, que por consequência, diminui o consumo de bens e serviços, reduziu a taxa média de endividamento anual para 45,42% e 40,96%, respectivamente, valores nitidamente menores que os períodos anteriores - 53,03% (2013); 55,23% (2014); 57,74 (2015); 58,37% (2016); 58,65% (2017); 55,17% (2018); 54,40% (2019). Já em 2022, a taxa de endividamento começa a se aproximar dos valores encontrados nos anos anteriores.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar, mas à trajetória de endividados é similar. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) cresceu pelo décimo mês seguido, passando de 56,6% para 61,2%, alta de 4,5p.p. Já as famílias com renda acima de 10 SM, cessaram o movimento de queda que ocorria por dois meses sucessivo, ao crescer 3,2 p.p, saindo de 37,8% para 41,00%. Observa-se que as famílias com menor renda têm patamar de endividamento maior e movimento de elevação mais consistente que o grupo de maior renda.

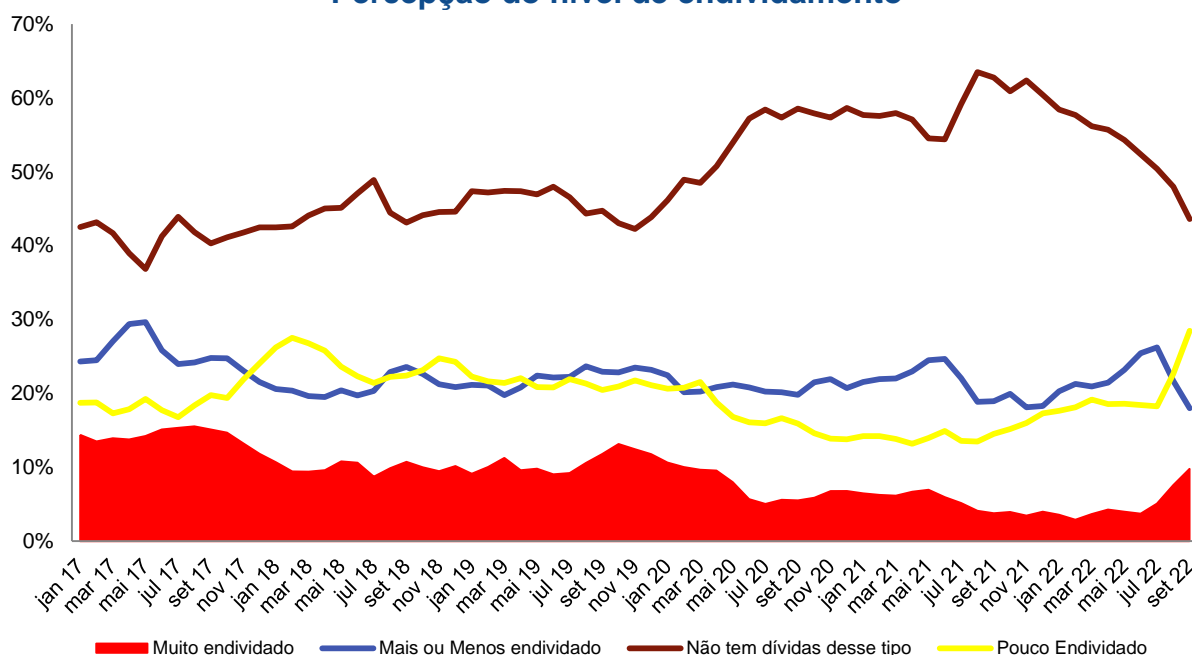
No âmbito da inadimplência, a trajetória de crescimento é menor que a taxa de endividamento e alcança o quarto mês seguido, alta de 2,0 p.p. frente ao mês anterior. Em setembro, a inadimplência das famílias catarinenses ficou em 14,1%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mês de setembro. Além disso, o valor segue inferior ao período pré-pandemia em 6,2 p.p.

O resultado é similar para os grupos de renda, apesar das famílias com renda maior terem menor índice (10,0%), enquanto que para a renda menor a taxa é de 14,7%, sendo que no mês, ambos os grupos apresentaram crescimento diante do mês anterior, alta de 1,3 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente.

Com o resultado não é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, principalmente, pelo desempenho oposto das famílias que não terão condições de pagar as dívidas, que estava em movimento de queda por seis meses seguidos até julho. Em setembro houve alta de 2,0 p.p, mas a elevação para famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso não modificou o cenário do índice, que segue com baixos valores, ao situar-se em 3,2%.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias que apontam estar “muito endividadas” cresceu pelo terceiro mês consecutivo, alta de 2,3 p.p. na passagem do mês.

## Percepção do nível de endividamento



No mês, o grupo de famílias “muito endividadas” representou 9,8% dentre os endividadados. Com esse movimento de elevação o resultado se aproxima do valor do início da pandemia no Estado (fevereiro de 2020), inclusive, esse é o maior índice durante todo o período da pandemia da COVID-19. Ainda que ocorra alta, o valor é inferior na comparação com os anos de 2018 e 2019 para igual mês, quando os índices estavam em 10,75% e 11,81%, respectivamente.

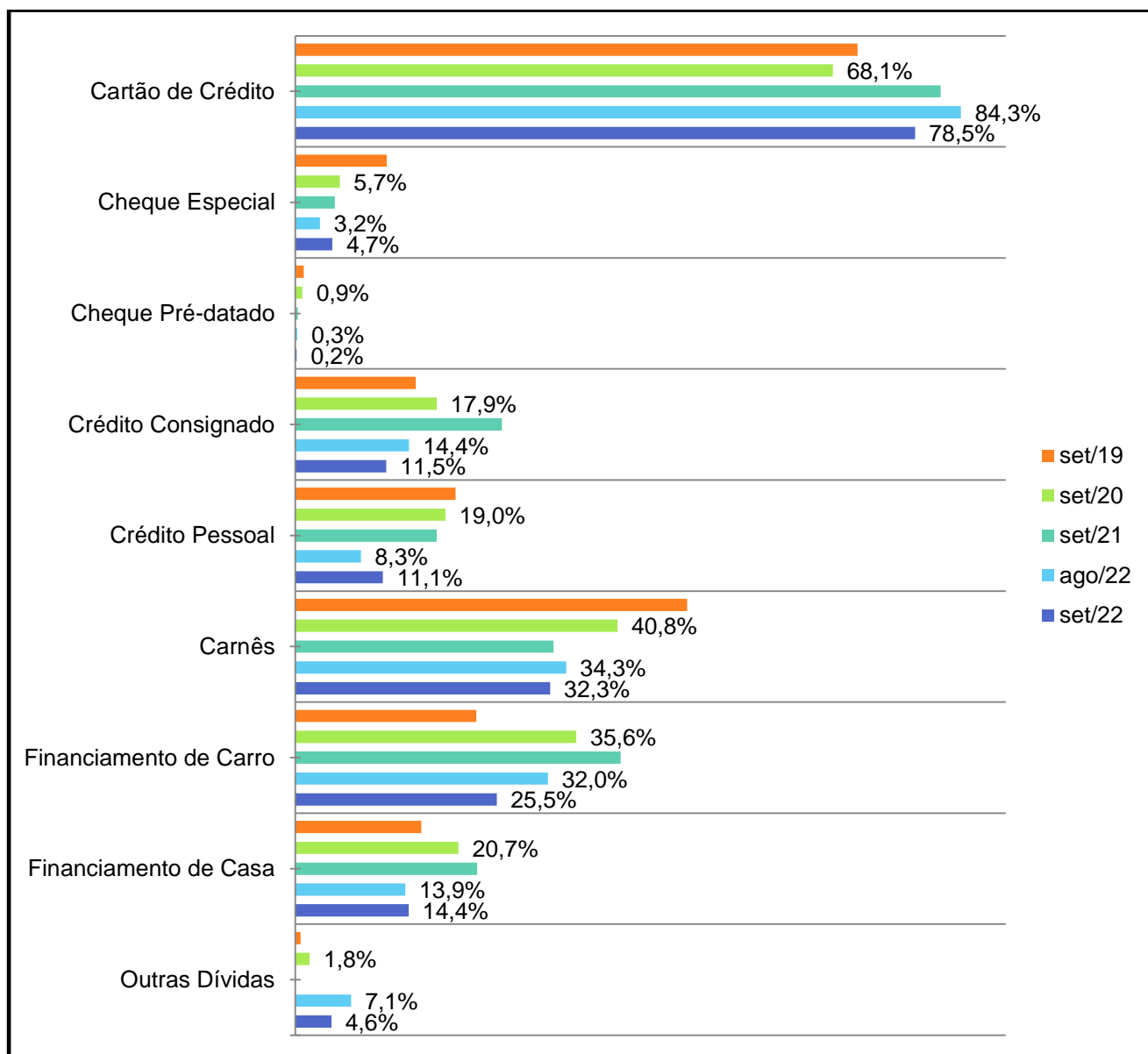
Percepção do nível de endividamento						
Categoria	set/19	fev/20	set/20	set/21	ago/22	set/22
Muito endividadado	11,8%	10,0%	5,5%	3,8%	7,6%	9,8%
Mais ou menos endividadado	23,0%	20,1%	19,8%	18,9%	21,7%	18,0%
Pouco endividadado	20,5%	20,8%	15,9%	14,5%	22,7%	28,5%
Não tem dívidas desse tipo	44,7%	48,9%	58,6%	62,7%	48,0%	43,6%
Não sabe	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%

O grupo de famílias “pouco endividadada” cresceu frente ao mês anterior, ao atingir 28,5%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, inclusive, o valor é maior que o período pré-crise da pandemia. Por outro lado, a quantidade de respostas para o grupo “mais ou menos endividadadas” reduziu pelo segundo mês sucessivo, ao cair 3,7p.p., saindo de 21,7% para 18,0%.

Dentre os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se que a modalidade do cartão de crédito permanece sendo a principal, atingindo 78,5%

dos endividados. Entretanto, nota-se redução desde quando atingiu o pico da série histórica em maio deste ano (90,4%). No mês, houve redução de 5,8 p.p. diante de agosto, mas o resultado segue em níveis elevados na comparação com os anos anteriores na comparação com igual período, exceto em 2021. A tendência do maior uso do cartão de crédito foi acelerada em 2020 e 2021, onde a média alcançou 71,8% e 77,18%, respectivamente, resultado que é superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019; 2020-71,8%%; 2021-77,18%). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes e também estão em valores elevados em relação à série histórica, ao alcançarem 77,7% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 84,0% para renda superior a 10 salários mínimos.

### **Tipo de dívidas**



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Ainda, o uso dos carnês ganhou espaço em 2022 e alcançou o segundo lugar dentre as modalidades de dívidas no mês anterior, superando o financiamento de carros. Em setembro, houve redução de 2,2 p.p., resultado que não modificou o cenário de agosto. Por outro lado, durante esse mesmo período há redução nas modalidades do crédito consignado e crédito pessoal, que são tipos de dívidas com juros mais elevados.

O crédito pessoal iniciou o ano sendo apontado por 26,69% das dívidas, mas em setembro representou 11,1%, queda de 15,59 p.p. O crédito consignado apresentou resultados semelhantes, passando de 27,96% (janeiro/22) para 11,5% neste mês.

O financiamento de carro é a terceira dívida mais citada pelos entrevistados ao atingir 25,5% dos endividados, mas também apresenta



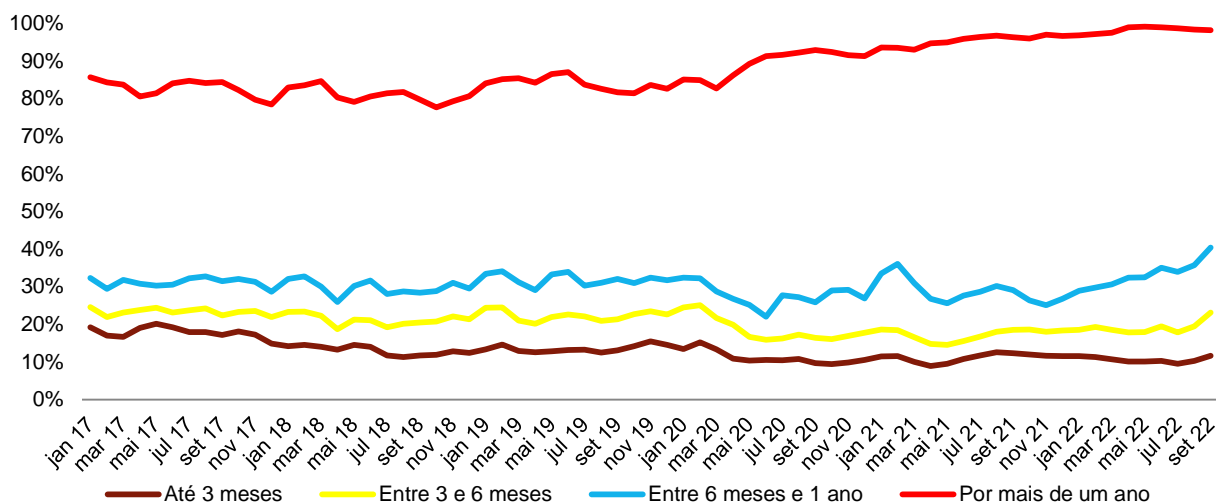
movimento de queda, ao reduzir 6,5 p.p. na passagem do mês. Já o financiamento de casas voltou a ampliar em 0,4 p.p. diante do mês anterior, e alcançou 14,4% dos entrevistados com dívidas. Os juros elevados encarecem a compra desses bens duráveis que são de alto valor, por isso, as famílias tendem a reduzir essas compras. Além disso, ambas as modalidades estão abaixo dos valores apresentados em janeiro de 2022, quando atingiram 36,56% e 17,73%, respectivamente.

O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,4 meses, mas reduziu em -0,3 meses frente ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	ago/22			set/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
<b>até 3 meses</b>	10,3%	8,6%	19,1%	11,6%	9,4%	20,6%
<b>entre 3 e 6 meses</b>	9,2%	8,4%	10,9%	11,5%	10,5%	14,0%
<b>entre 6 meses e 1 ano</b>	16,2%	15,5%	17,7%	17,3%	16,1%	20,6%
<b>por mais de um ano</b>	62,7%	65,5%	51,8%	57,8%	62,0%	44,0%
<b>Não sabe / Não respondeu</b>	1,6%	2,0%	0,5%	1,7%	2,0%	0,8%
<b>Tempo médio em meses</b>	<b>9,7</b>	<b>10,0</b>	<b>8,6</b>	<b>9,4</b>	<b>9,7</b>	<b>8,1</b>

O comprometimento acima de 1 ano reduziu pelo segundo mês seguido, queda de 4,9 p.p. diante do mês anterior. Em novembro do ano passado o índice atingiu o maior nível da série histórica (71,9%), mas houve redução após esse momento na maioria dos meses. Assim, em setembro deste ano, esse grupo atingiu 57,8% dos entrevistados, o menor valor desde março de 2021.

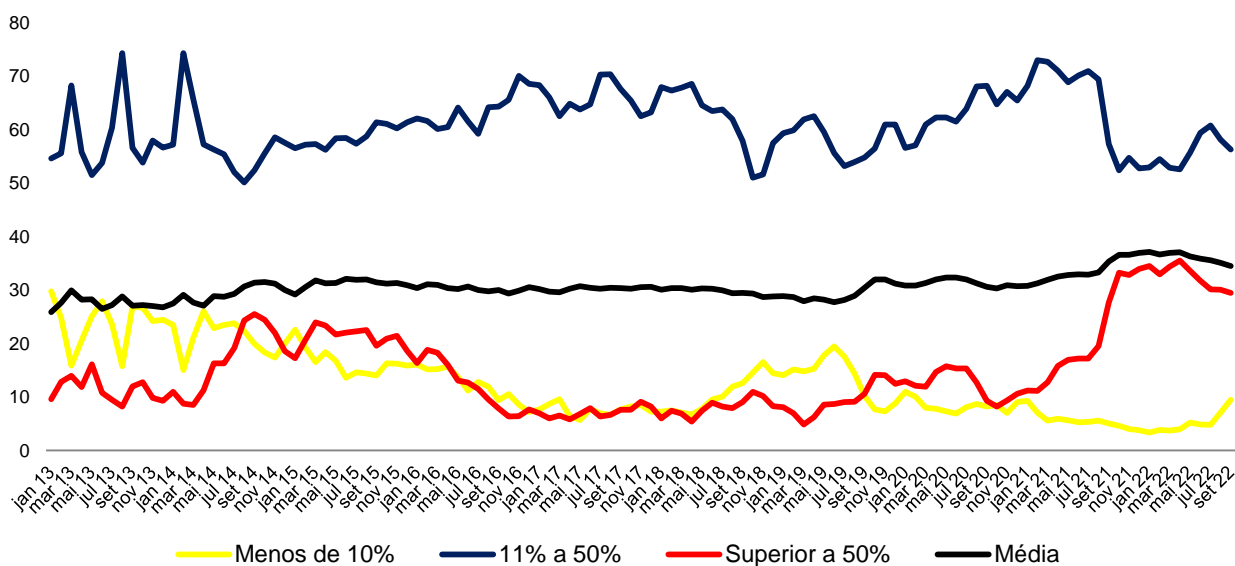
#### Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



Já o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida ampliou em 1,2 p.p. ao atingir 11,6% dos endividados. Ainda, ganha espaço o grupo entre 6 meses e 1 ano ao representar 17,3% dos entrevistados, décima primeira alta seguida. O resultado consolida esse intervalo como o segundo grupo dos entrevistados com maior tempo de comprometimento com dívidas.

O comprometimento da renda com a dívida mantém trajetória de redução, ao cair 0,6 p.p. na passagem do mês, quinta queda consecutiva. Assim, a parcela da renda comprometida com dívida diminuiu de 35,1% para 34,5%. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores, exceto de 2021, quando alcançou 35,34%.

### Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, o comprometimento de renda acima de 50% segue em níveis elevados, embora apresente trajetória de redução durante os últimos cinco meses, inclusive, reduzindo 0,6 p.p. na passagem do mês, alcançando 29,5% dos entrevistados. Esse é o maior resultado na comparação com igual período dos anos anteriores e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2021 foi de 20,80%; 2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Por fim, 56,3% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda.

## ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, acelerou o movimento de alta no mês de setembro, ao avançar 2,0 p.p. na passagem do mês, depois de alta de 1,3 p.p. Desta forma, 14,1% das famílias endividadadas encontram-se inadimplentes. Na comparação com igual período do ano anterior, há elevação de 8,6 p.p., enquanto, em relação ao período pré-pandemia, o resultado do mês segue inferior a 6,2 p.p. diante de agosto de 2019 e 7,9 p.p frente a 2018.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	ago/22			set/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
<b>sim, totalmente</b>	40,1%	37,9%	45,6%	33,0%	28,1%	44,6%
<b>sim, em parte</b>	40,7%	40,9%	40,4%	43,2%	45,2%	38,9%
<b>não terá condições de pagar</b>	18,2%	20,6%	11,2%	22,8%	26,0%	13,4%
<b>não sabe</b>	1,0%	0,7%	2,7%	1,0%	0,7%	3,1%
<b>Não respondeu</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1,0%</b>	<b>3,2%</b>	<b>3,8%</b>	<b>1,3%</b>

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 14,7% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 10,0%, sendo que ambas também cresceram na passagem do mês, alta de 1,9 p.p. e 1,3 p.p., respectivamente. Já a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas cresceu pelo segundo mês seguido, alta de 1,0 p.p. Desta maneira, 3,2% informaram que não tinham condições de pagar as dívidas.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	ago/22			set/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	39,5%	36,8%	45,2%	41,5%	40,3%	43,8%
de 30 a 90 dias	37,6%	37,9%	38,1%	33,0%	32,8%	36,9%
acima de 90 dias	22,4%	24,6%	16,7%	25,0%	26,3%	19,3%
Não sabe / Não respondeu	0,6%	0,7%	0,0%	0,5%	0,5%	0,0%
<b>Tempo médio em dias</b>	<b>48,9</b>	<b>50,8</b>	<b>44,6</b>	<b>48,8</b>	<b>49,7</b>	<b>46,1</b>

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média do mês foi de 48,8 dias, similar ao do mês anterior. Com esse resultado o tempo médio permanece sendo o menor valor na comparação com iguais meses dos anos anteriores e o quinto menor da série histórica da pesquisa

Ainda, o valor é inferior à média dos anos anteriores (2021 – 54,9; 2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59). Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (46,1 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 49,7 dias.

## ANÁLISE NAS CIDADES

Em agosto, a trajetória de crescimento na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes foi mantida para a maioria das cidades pesquisadas. Ainda, nota-se divergência na trajetória de variação e na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes. As principais altas na taxa de endividamento diante do mês anterior foram notadas nas cidades de Joinville e Blumenau, ambas com variação de 6,3 p.p. Por outro lado, a cidade de Florianópolis apresentou estabilidade frente ao mês de agosto.

Situação das Famílias	set/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	50,7%	57,0%	52,8%	65,1%
Dívidas ou contas em atraso	8,9%	19,0%	12,1%	19,6%
Não terão condições de pagar	1,9%	3,3%	2,6%	5,5%

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é equivalente entre as cidades, com elevação na passagem do mês em todas as cidades onde foi realizada a pesquisa, exceto em Florianópolis. A cidade de Chapecó foi a que apresentou a maior elevação, com crescimento de 3,4p.p., saindo de 15,6% para 19,0%. Já, Blumenau segue sendo a cidade com a menor taxa de

inadimplentes na pesquisa ao atingir 8,9%, enquanto Florianópolis apresenta o maior nível de inadimplência (19,6%).

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo percentual de famílias apontando essa situação, exceto em Florianópolis. Apesar disso, na passagem do mês, houve elevação em três cidades pesquisadas para o grupo muito endividadas, sendo que Joinville obteve o maior crescimento (+4,5 p.p.), seguido de Chapecó (+2,8 p.p.).

Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais, ao concentrar 33,2% dos entrevistados no grupo de “pouco endividadas”, condição que pode indicar certo equilíbrio orçamentário das famílias, inclusive, houve queda no grupo muito endividadas na passagem do mês de 1,1 p.p., reforçando essa perspectiva.

Nível de endividamento	set/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	6,6%	9,1%	9,0%	13,9%
Mais ou menos endividado	12,0%	20,3%	21,6%	18,0%
Pouco endividado	32,2%	27,6%	22,1%	33,2%
Não tem dívidas desse tipo	49,3%	43,0%	47,2%	34,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Apesar de ser a principal dívida, houve queda diante do mês anterior em todas as cidades, salvo Florianópolis. As quedas mais intensas nesta modalidade foram apresentadas nas cidades de Chapecó (-12,5 p.p.) e Joinville (-9,8 p.p.). As dívidas com crédito consignado apresentou o mesmo cenário do cartão de crédito, por outro lado, o crédito pessoal, outra modalidade usada para recomposição de renda em períodos emergenciais, cresceu em três cidades, sobretudo em Joinville (+6,9 p.p) e Chapecó (+4,1 p.p.).

Tipo de dívida	set/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	79,6%	71,3%	73,9%	86,2%
Cheque especial	2,9%	2,7%	5,6%	6,2%
Cheque pré-datado	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Crédito consignado	9,1%	9,1%	19,4%	5,5%
Crédito pessoal	8,6%	17,2%	13,8%	7,5%

Tipo de dívida	set/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Carnês	23,2%	38,8%	35,6%	33,3%
Financiamento de carro	31,8%	21,7%	28,0%	19,0%
Financiamento de casa	12,9%	28,5%	13,0%	10,9%
Outras dívidas	5,0%	0,0%	8,6%	1,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

O financiamento de carro e de casa possuem resultados distintos entre as cidades. Na maioria das cidades pesquisadas houve elevação no financiamento das casas, enquanto, o financiamento de carro apresentou queda em três cidades.

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado deste mês é similar para os municípios pesquisados, exceto para Florianópolis. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 63% e 69% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos meses, ao situar-se em média de 10,3 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,8 meses.

set/22				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	4,81%	5,38%	3,36%	29,65%
Entre 3 e 6 meses	9,19%	12,49%	5,07%	20,65%
Entre 6 meses e 1 ano	19,27%	11,67%	19,24%	15,95%
Por mais de um ano	63,88%	69,56%	69,93%	33,34%
Não sabe / Não respondeu	2,85%	0,91%	2,40%	0,41%
<b>Tempo médio em meses</b>	<b>10,2</b>	<b>10,1</b>	<b>10,7</b>	<b>6,8</b>

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos semelhantes por cidade. Em setembro, três cidades pesquisadas apresentaram queda no tempo médio em dias de atraso, sendo que Blumenau reduziu 3,6 dias, atingindo 40,8 dias em atraso, passando a ser a cidade com menor tempo de atraso. A cidade de Florianópolis, segue sendo a cidade com



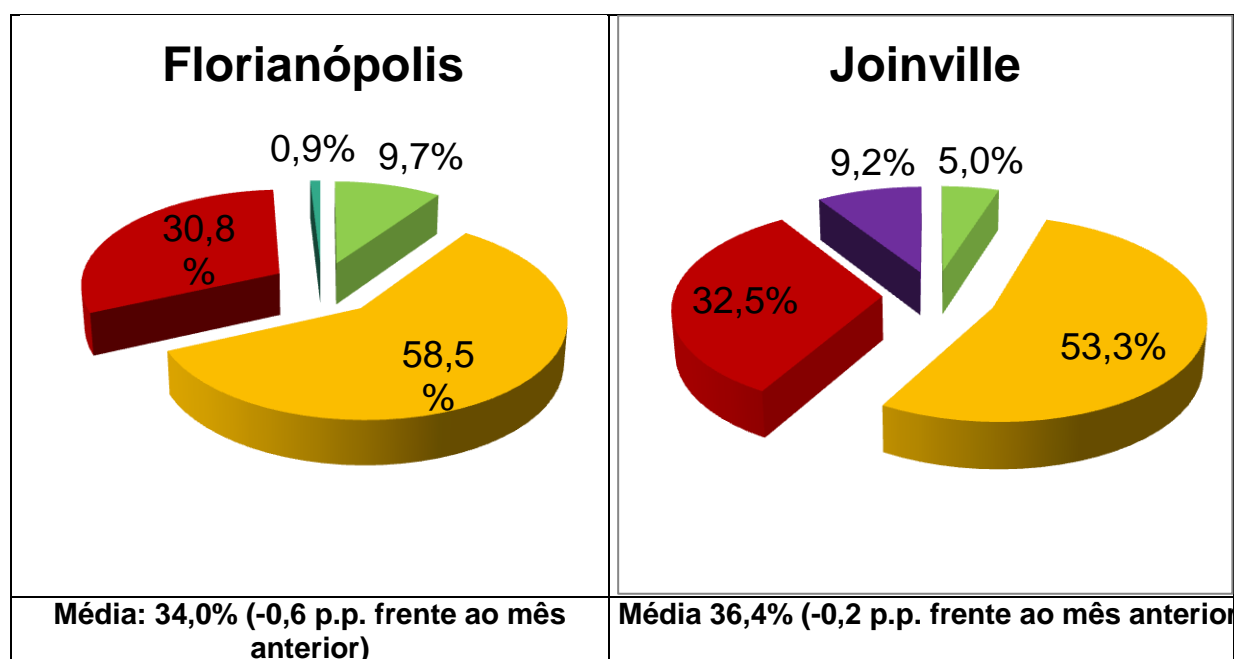
maior tempo médio, ao situar-se em 60,5 dias em atraso, mesmo que tenha caído 1,5 dias na média frente ao mês anterior.

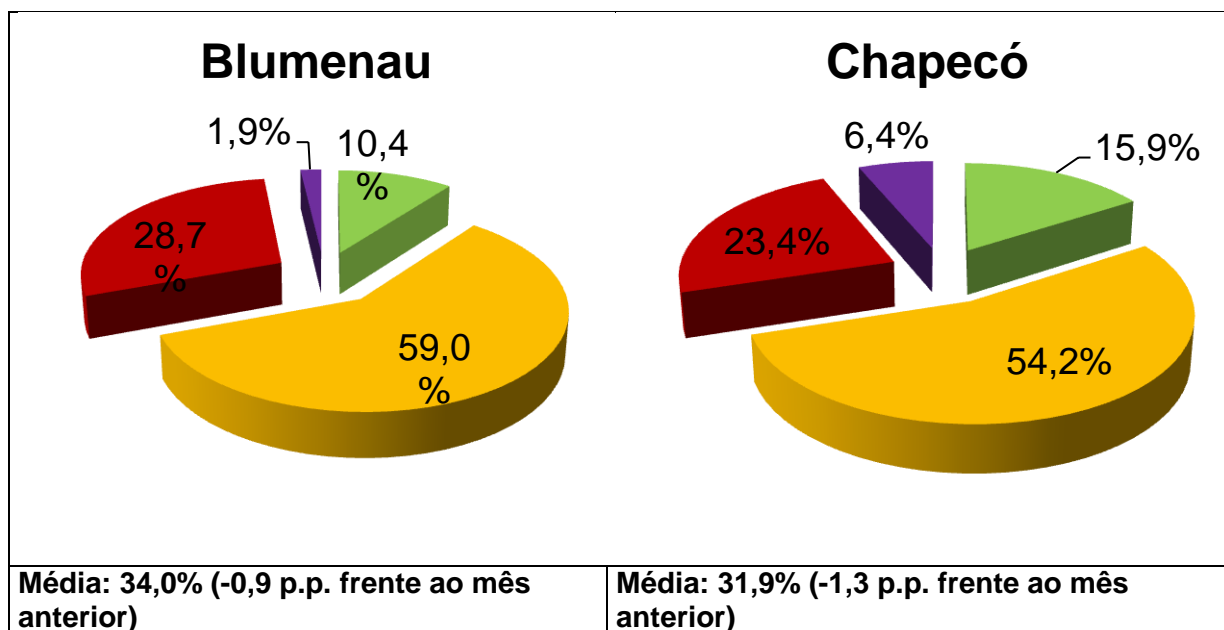
set/22				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	51,25%	58,19%	43,07%	24,19%
De 30 a 90 dias	35,71%	13,11%	35,48%	36,33%
Acima de 90 dias	13,04%	28,70%	21,45%	37,88%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	1,59%
<b>Tempo médio em dias</b>	<b>40,8</b>	<b>42,4</b>	<b>47,1</b>	<b>60,5</b>

O comprometimento da parcela de renda variou negativamente em todas as cidades pesquisadas, com destaque para a queda mais acentuada em Chapecó (-1,3 p.p.) e em Blumenau (-0,9 p.p.). A cidade de Joinville apresenta o maior comprometimento da renda com dívida dentre as cidades pesquisadas, ao atingir 36,4%. Ainda, se observa o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Joinville (32,5%).

#### Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





## METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:



Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.